

# **Contabilidade Pública**



# **NBC TSP 05 – Contratos de concessão de serviços públicos - Concedente**



## **NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos**

O objetivo desta norma é determinar a forma de contabilização dos contratos de concessão pela ótica da concedente, uma entidade do setor público.

A entidade que elabore e apresente suas demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência deve aplicar esta norma na contabilização dos contratos de concessão.



## Definições

Os seguintes termos são usados nesta norma com os significados abaixo:

- **Acordo vinculante** corresponde a contrato ou outros acordos que conferem às partes direitos e obrigações tal como se estivessem na forma de contrato.
- **Concedente** é a entidade que confere à concessionária o direito de exploração dos serviços providos pelo ativo da concessão.
- **Concessionária** corresponde à entidade que usa o ativo da concessão, sujeito ao controle da concedente, para fornecer serviços públicos.



- **Acordo de concessão de serviços** corresponde a acordo vinculante entre uma entidade concedente e uma concessionária em que:
  - (a) a concessionária usa o ativo da concessão, por prazo determinado, para prover serviços públicos em nome da concedente; e
  - (b) a concessionária é compensada por seus serviços durante o período da concessão.
  
- **Ativo da concessão de serviços** é o ativo usado para prover serviços públicos no acordo de concessão de serviços que:
  - (a) é fornecido pela concessionária, sendo que:
    - (i) constrói, desenvolve ou adquire o ativo de terceiro; ou
    - (ii) é um ativo preexistente da concessionária;
  - (b) é fornecido pela concedente, sendo que:
    - (i) é um ativo preexistente da concedente; ou
    - (ii) corresponde a uma melhoria em ativo preexistente da concedente.



## Reconhecimento e mensuração de ativo da concessão de serviço

- A entidade concedente deve reconhecer um ativo fornecido pela concessionária e/ou uma melhoria em seus ativos preexistentes como ativo da concessão de serviços se:
  - (a) a concedente controla ou regula os serviços que a concessionária deve fornecer com o ativo, a quem ela deve entregar os serviços e por qual preço; e
  - (b) a concedente controla – por meio da propriedade, usufruto ou de alguma outra forma – qualquer participação residual significativa no ativo ao final do prazo da concessão.



A LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - **poder concedente**: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;

II - **concessão de serviço público**: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;



**III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública:** a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;





**IV - permissão de serviço público:** a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 3º As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Art. 4º A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

Art. 5º O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.



A LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Art. 2º **Parceria público-privada** é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º **Concessão patrocinada** é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.



§ 2º **Concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.



§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.



Pontos Principais	Leis das Concessões Lei 8987 de 1995	Lei das PPP Lei 11079 de 2004
Riscos	Concessionária deve desenvolver o negócio por sua conta e risco.	Riscos são sempre compartilhados em Matriz de Risco entre o Público e o Privado.
Contraprestação Pública	Parceiro Público pode prever outras fontes de Receita, mas é preciso outra Lei.	Contraprestação Pública é exigida nas modalidades Patrocinada e Administrativa.
Ganhos Compartilhados	Administração Pública não participa de ganhos privados.	Administração Pública pode compartilhar de ganhos da redução de riscos.
Valores e Prazos Mínimos	Não há valor mínimo e os prazos são de até 35 anos.	Valor mínimo de R\$ 10 milhões e prazo mínimo de 5 anos.
Garantias	Sempre do Concessionário Privado.	A partir da fruição dos bens a Contraprestação libera as Garantias do Privado.

## CONCESSÃO

Transferência da prestação do serviço público à iniciativa privada por prazo determinado.

### CONCESSÃO COMUM

Nesse tipo de concessão, a tarifa cobrada do usuário e as outras receitas de administração do serviço são suficientes para remunerar o concessionário pela prestação do serviço.

### CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

Na concessão administrativa não há cobrança de tarifa. A remuneração do concessionário pela prestação do serviço depende integralmente ou parcialmente (se houver outras receitas de administração do serviço) de pagamento do ente público.

### PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)

Caso em que não há tarifa ou que esta, em conjunto com outras receitas de administração do serviço, é insuficiente para remunerar a prestação do serviço pelo concessionário, razão pela qual há algum tipo de pagamento pelo ente público.

### CONCESSÃO PATROCINADA

Nessa modalidade, há cobrança de tarifa, mas esta, em conjunto com outras receitas de administração do serviço, é insuficiente para remunerar a prestação do serviço pelo concessionário, razão pela qual há algum tipo de pagamento pelo ente público.



# **Questões**

**NBC TSP 05 – Contratos  
de concessão de serviços  
públicos - Concedente**



**1. NC-UFPR - ITAIPU/2019)** Considere que uma entidade do setor público (concedente) possui uma rodovia (ativo preexistente) e resolve conceder, por prazo determinado, a prestação do serviço público a uma entidade privada (concessionária), com a condição de que esta melhore o ativo. Com relação ao assunto, é INCORRETO afirmar:

- a) Acordo vinculante corresponde a contrato ou outros acordos que conferem às partes direitos e obrigações tal como se estivessem na forma de contrato.
- b) A concedente controla ou regula os serviços que a concessionária deve fornecer com o ativo, a quem devem ser entregues os serviços e por qual preço.
- c) No exemplo proposto, como se trata de ativo preexistente, a mensuração deverá ser realizada a valor justo.
- d) A concessionária fica responsável pela execução (prestação) do serviço, sendo compensada por seus serviços durante o período da concessão.
- e) A concedente deve reconhecer a receita e reduzir o passivo reconhecido de acordo com a substância econômica do acordo da concessão de serviços.



**2. FUNDATEC - CM Ituporanga/2019)** Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, referente aos conceitos de Parcerias Público-Privadas (PPP), analise as seguintes assertivas:

- I. Parceria Público-Privada (PPP) é uma modalidade especial de contrato administrativo de concessão de serviço público, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens.
- II. A PPP se diferencia da concessão comum por envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e repartição de riscos entre as partes.
- III. O objeto do contrato de PPP na modalidade Concessão Patrocinada é a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. A forma de remuneração do concessionário é feita apenas pela contraprestação paga pelo cedente, não há cobrança de tarifa.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

**GABARITO: D**



**3. Instituto AOCP - PC ES/2019)** Assinale a alternativa que apresenta corretamente as duas categorias de concessões de serviços públicos.

- a) Concessões públicas e as concessões privadas.
- b) Concessões ordinárias e as concessões administrativas.
- c) Concessões administrativas e as concessões privadas.
- d) Concessões comuns e as concessões especiais.
- e) Concessões públicas e as concessões patrocinadas.

**GABARITO: D**



**4. FGV - DPE RJ/2019)** Nos Contratos de Concessão de Serviços Públicos abordados na NBC TSP 05, a entidade concedente pode tratar o reconhecimento e a mensuração de passivos relacionados ao contrato a partir de três modelos.

O modelo de financiamento de passivos se caracteriza pela:

- a) concessão à entidade concessionária do direito de obter receita dos usuários ou outro ativo gerador de caixa;
- b) concessão à entidade concessionária do direito de obter receita dos usuários ou obrigação adicional de pagamento;
- c) existência de obrigação incondicional de pagamento à concessionária decorrente da construção, desenvolvimento ou melhoria do ativo da concessão;
- d) impossibilidade de cobrança diretamente ao usuário pelos serviços prestados;
- e) presença de uma instituição financeira garantidora do contrato.

**5. CPCC UFES - UFES/2019)** Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente, analise as afirmativas a seguir.

I. A entidade concedente deve reconhecer um ativo fornecido pela concessionária e/ou uma melhoria em seus ativos preexistentes como ativo da concessão de serviços se a concedente controla ou regula os serviços que a concessionária deve fornecer com o ativo, a quem deve entregar os serviços e por qual preço; e se a concedente controla qualquer participação residual significativa no ativo ao final da concessão.

II. Acordo de concessão de serviços públicos corresponde ao reconhecimento de um ativo por toda a sua vida útil (whole-of-life) em qualquer situação.

III. Acordo vinculante corresponde a contrato ou outros acordos que conferem às partes direitos e obrigações tal como se estivessem na forma de contrato.

É CORRETO o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**GABARITO: C**

**6. FUNDEP - CODEMIG/2018)** Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª edição, Parceria Público-Privada (PPP) é uma modalidade especial de contrato administrativo de concessão de serviço público, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens. A esse respeito, analise as seguintes afirmativas e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) A PPP se diferencia da concessão comum por envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e repartição de riscos entre as partes, sendo adequada à implantação e gestão de serviços de grande vulto, que seriam economicamente inviáveis sem a participação do Governo.

( ) A remuneração do parceiro público ao parceiro privado poderá também ocorrer mediante aporte de recursos após o início da efetiva prestação dos serviços, vedando-se tal aporte na fase de investimentos.

( ) Na modalidade Concessão Administrativa, os contratos de PPP terão por objeto a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

( ) O dispêndio, total ou parcial, com a execução da obra ou prestação do serviço incumbe ao parceiro privado, sendo ressarcido no curso do contrato mediante tarifa dos usuários e / ou contraprestação do parceiro público.

Assinale a sequência CORRETA.

- a) V F V V
- b) V V V V
- c) F F F F
- d) F V F F

**GABARITO: A**

**7. FGV - TJ BA/2015)** Uma entidade do setor público firmou uma parceria público-privada (PPP) para construir e manter postos públicos de acesso à internet, cuja remuneração é de exclusiva responsabilidade da entidade pública. De acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, é correto afirmar que:

- a) trata-se de uma concessão patrocinada;
- b) o parceiro privado contratado deverá ser uma Sociedade de Propósito Específico (SPE);
- c) a PPP pode ser contratada na modalidade tomada de preços;
- d) o prazo do contrato não poderá ser superior a cinco anos;
- e) as obrigações pecuniárias do contrato de PPP não poderão ser garantidas mediante vinculação de receitas.